



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**SOCIOLOGIA DA INSURGÊNCIA: UMA ABORDAGEM SOBRE O MOVIMENTO
INDÍGENA EQUATORIANO**

Hoyêdo Nunes Lins

hoyedo.lins@ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina

Brasil

Jonatan Pozzobon Müller

mullerjonatan@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

Nas últimas décadas a América Latina presenciou intensificação de movimentos políticos indígenas que expressam a recusa de diferentes aspectos da ordem estabelecida. Em abordagem inspirada na ideia de uma, por assim dizer, sociologia da insurgência, este artigo aborda a experiência do Equador, onde esse indigenismo mostra resultados importantes, escorados pela Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE) e pelo Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik Novo País (MUPP-NP). Baseado parcialmente em pesquisa de campo, o estudo discorre sobre o perfil dessas instituições e aspectos do seu funcionamento, indica fatores internacionais e domésticos subjacentes à ascensão do indigenismo, elenca efeitos relevantes das suas iniciativas, entre eles uma Constituição em que o Estado aparece como plurinacional e intercultural, e discute criticamente algumas dificuldades enfrentadas.

Palavras chave: Insurgência; movimentos políticos indígenas; Equador

ABSTRACT

In the last decades Latin America witnessed intense indigenous political movements meaning the refusal of different features of the established order. Inspired by the idea of a, so to speak, sociology of insurgency, this article looks at the experience of Ecuador, where the indigenous movement registered important achievements. Cornerstones of the process have been the Confederation of Ecuador's Indigenous Nationalities (CONAIE) and the Movement of Plurinational Unity Pachakutik New Country (MUPP-NP). Based partially on fieldwork, the study focuses on the structures of these institutions and on how they operate, indicates the international and domestic factors behind the trajectory of the indigenous movement, considers important outcomes of their actions – as the adoption of principles of plurinationality and interculturality by Ecuador's Constitution – , and discusses critically some of their problems.

Keywords: Insurgency; indigenous political movements; Ecuador



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

Resultado de uma pesquisa concluída, este artigo aborda o indigenismo político equatoriano incrustado nas atividades da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE) e do Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik Novo País (MUPP-NP). O objetivo é analisar o *modus operandi* de ambas as instituições, identificar os fatores subjacentes à ascensão desse indigenismo, destacar desdobramentos de suas ações e discutir alguns de seus problemas.

O texto possui três seções, além desta introdução e das conclusões. A seguir apresentam-se algumas considerações de cunho teórico sobre o tema dos movimentos políticos de base indígena na América Latina. Depois fala-se dos procedimentos da pesquisa. Na sequência, se analisam e discutem a estrutura e o modo de funcionamento da CONAIE e do Pachakutik, os determinantes da sua emergência, alguns reflexos do seu protagonismo nas comunidades indígenas e os impasses vivenciados.

II. Marco teórico

É longa a trajetória de movimentos políticos na América Latina, com estridência, intensidade e desdobramentos variados. Forças de perfil nacional-popular geralmente conduziram tais movimentos, com participação de trabalhadores industriais urbanos e de contingentes rurais. Em experiência peruana nos anos 1960, por exemplo, essas forças buscavam reforma agrária efetiva, reforma urbana – com expropriação de grandes propriedades – e recuperação da soberania nacional pelo cancelamento de acordos lesivos aos interesses do povo, em oposição ferrenha aos “imperialistas norte-americanos, à grande burguesia e aos grandes proprietários de terra” (Petras, 1970, p. 175).

Em diferentes países, sobretudo no meio rural, a movimentação exibiu forte envolvimento indígena, em insurgências que, abrangendo principalmente invasões de terras, implicavam desde mobilizações de massa até uso de armas com índole revolucionária. Note-se que, na história da América Latina, os índios nunca (ou só raramente) usufruíram de *status* político, nas suas interações



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

com a sociedade (Barraclough, 1970), sendo plausível considerar, como sugere Stavenhagen (1970), que a intensa participação desses contingentes nos movimentos nacional-populares representa também reação à imposta condição de inferioridade.

Essa presença desses grupos introduz ingrediente étnico nos movimentos políticos, impondo-lhes a proeminência da “questão indígena”. Todavia, no percurso latino-americano, tal questão possui fortes determinantes econômicos, em particular com respeito ao sistema de propriedade da terra e suas consequências (Mariátegui, 1979). Daí não surpreender que a exigência de reforma agrária – antes de providências em infraestruturas físicas, como estradas, ou sociais, como escolas – tenha sempre orientado as ações insurgentes. Com efeito, é de relações econômicas que se trata na assertiva de Frank (1967, p. 135), de que na América Latina, as relações entre indígenas e outros grupos membros da sociedade, embora variadas, “não se mostram nunca como relações de igualdade. O índio é sempre explorado”.

Os movimentos de base indígena, ou caracterizados pela forte participação dessas populações, recrudesceram na América Latina nas últimas décadas. As ações zapatistas no México, nos anos 1990, com crítica à globalização, e os processos que levaram um indígena à cúpula do Estado boliviano, em meados dos anos 2000, são ilustrações bastante divulgadas. O componente étnico tem destaque nessa intensificação, e o quadro seria de giro descolonial, liderado política, intelectual e ideologicamente por indígenas (Mignolo, 2006). O descontentamento com as políticas neoliberais dos anos 1980 e 1990 subjaz às ações, que em muitos casos expressam a recusa de diferentes aspectos da ordem estabelecida.

Deve-se qualificar o peso do componente étnico nessa insurgência. Merece realce que “as minorias étnicas se mobilizam quando ecossistemas indígenas são redefinidos como ‘ativos nacionais’ a serem utilizados para sustentar a participação nacional na economia mundial” (Dunaway, 2003, p. 26), postulação que evoca a centralidade dos determinantes econômicos no envolvimento indígena, logo, no caráter étnico desses movimentos. Como diz Dunaway (Op cit., p. 26), “controle sobre a terra, sistemas de eco-conhecimento e atividades econômicas tradicionais continuam a ser assuntos chaves nas lutas indígenas [...]”, o que é fato, sobretudo, em contexto no qual os recursos dos seus



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

territórios despertam forte interesse do capital internacional. Alvo importante nessas ações é a estrutura do Estado, da qual a insurgência reclamaria “uma determinação mais nacional-popular ou, se se quiser, mais societária, perante setores menos democráticos da sociedade [...] e, sem dúvida [...] [uma encarnação do] nacional contra setores antinacionais da sociedade” (Zavaleta Mercado, 1986, p. 59).

Esse indigenismo enseja o exercício de uma, por assim dizer, sociologia da insurgência, dirigido aos processos e ações que lhe permeiam os movimentos, cujo alvo principal é o Estado. É de um exercício com esse perfil que se trata neste artigo, voltado ao indigenismo político no Equador.

III. Metodologia

O estudo baseia-se em pesquisas bibliográfica e de campo. A segunda ocorreu no último bimestre de 2012, no Equador, envolvendo entrevistas com lideranças indígenas e pesquisadores equatorianos, visitas a comunidades e consultas em arquivos locais.

IV. Análise e discussão

A CONAIE, criada em 1986 no Primeiro Congresso de Nacionalidades Indígenas do Equador, é uma das organizações indígenas mais importantes desse país. Três organismos regionais outorgam-lhe cobertura nacional: Equador Runacunapac Richarimui (ECUARUNARI); Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana (CONFENIAE); Confederação de Organizações Indígenas da Costa Equatoriana (COICE). Gravitam-lhe em torno instituições mais ou menos locais (cooperativas, associações) e grupos indígenas com diferentes graus de autonomia, representando a CONAIE o espaço de articulação das respectivas ações (Guerrero, 1996).

A forma de operação evoca uma rede, destinada a traduzir demandas particulares em ideários políticos amplos e inclusivos: não sem conflitos internos, as práticas costumam convergir, interpelando as históricas desigualdades e discriminação dos indígenas. O congresso, periódico, é o



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

âmbito máximo de autoridade, seguido pela assembléia geral e depois pelo conselho de governo ampliado, com presidente, vice-presidente e dirigentes temáticos.

Além do cimento ideológico e identitário, a força da organização repousa no papel da CONAIE como canalizadora dos recursos financeiros destinados aos indígenas, refletindo interlocução com importantes esferas do Estado e nutrindo a capacidade de mobilização. Isso significa que, embora a CONAIE reivindique autonomia frente ao Estado, alvo principal de suas ações, tal esfera representa o seu principal interlocutor (Serrano, 2001). É que, se os recursos provêm majoritariamente da cooperação internacional, através, por exemplo, de organizações não governamentais (ONGs), o Estado opera como filtro.

Em 1995, essa estrutura viu surgir o Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik Novo País (MUPP-NP), ou Pachakutik, por conta de reforma eleitoral que, entre outras coisas, estimulou a participação de organizações locais ou regionais. Nos debates sobre a presença das organizações indígenas nos pleitos, constituiu-se um polo congregando os setores amazônicos, mais pragmáticos, e outro formado pelos setores da região serrana, de posições mais ideológicas. Assunto chave foi o posicionamento quanto à participação eleitoral, embate em que prevaleceu o grupo favorável. O contexto político, assinala-se, era de fortes disputas em torno das propostas neoliberais do governo de Durán Ballén, rechaçadas em consulta popular realizada em 1994.

A concepção do MUPP-NP transcendia os interesses do movimento indígena (Estatutos..., s.f.). De fato, na composição de candidaturas ao processo eleitoral, envolveram-se, além de dirigentes indígenas, também líderes de trabalhadores e professores universitários (Sánchez, 2007). Todavia, cresceu a dependência do MUPP-NP em relação àquele movimento, a reboque da construção da identidade indígena da organização, paralelamente à progressiva desvinculação em face de outros grupos. Nesse processo, a disputa interna avultou, concomitante ao aumento da influência do Pachakutik nas decisões governamentais.

No primeiro congresso nacional do MUPP-NP, em agosto de 1999, os integrantes que ocupavam cargos públicos foram instados a prestar contas de suas atividades. O pano de fundo era o dilema entre opor-se ao poder estabelecido e dele participar, ou seja, o confronto entre projetar-se como



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

alternativa enquanto se é parte do *status quo*. No segundo congresso, em setembro de 2001, os conflitos se acirraram, mas as condições favoreceram os setores indígenas, e o Pachakutik deslizou para o completo controle da CONAIE.

A preponderância dessa organização não poupou o movimento indígena de dificuldades. Adversidade particular crivou o período do início de 2003 a meados de 2005, com as políticas do governo de Lucio Gutierrez, contrárias à posição de representantes do Pachakutik na administração (participação decorrente de aliança política baseada em expectativas de ações públicas). A representação do partido deixou o governo, que passou a sofrer, logo depois, forte oposição da CONAIE. O temor de que esta ampliasse o confronto levou o governo à cooptação, pela entrega do Ministério de Bem-Estar Social a um ex-presidente da CONAIE que dirigia os indígenas amazônicos. Tratou-se de um duro golpe, e somente aos poucos a capacidade organizativa da CONAIE foi recuperada, sob o comando de antigas lideranças.

Vetores do movimento indígena equatoriano

O indigenismo político em foco possui determinantes gerais e próprios ao Equador. O contexto internacional da sua intensificação, relativamente ao protagonismo da CONAIE, abrangia o interesse pelos problemas indígenas em instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), que no início dos anos 1980 criou o Grupo de Trabalho sobre as Populações Indígenas (GTPI) (Kempf, 2007). Essa atenção mostrou-se crescente e resultou na aprovação, em 2006, do projeto da Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas, no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Nessa espiral, expandiram-se as reivindicações de proteção da biodiversidade nos territórios indígenas, repercutindo em busca de reconhecimento político na alçada da ONU e em investidas através do direito internacional vinculado aos direitos humanos e do direito internacional ambiental. Resultados importantes foram logrados nesse plano jurídico (Berraondo López, 2006), tendo o reconhecimento internacional desses direitos reverberado na América Latina (Bolívia, Equador,



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Venezuela), onde a internacionalização das demandas indígenas revelou-se consequente (Royo, 2007).

Portanto, no contexto geral do recrudescimento do movimento indígena equatoriano, ressalta o crescente apelo internacional dos problemas dessas comunidades. Mas a manifestação no país deve ser relacionada a aspectos específicos da conjuntura nacional.

Os anos 1980 e 1990 foram de renitente crise econômica no Equador, ocorrendo aumento da pobreza e da concentração de renda e riqueza. Tiveram forte impacto as políticas de ajuste, executadas sob a orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial com vistas aos problemas do endividamento externo, cuja crise eclodiu após a redemocratização, em 1974. As medidas precipitaram ebulição social em economia que desde o início da década de 1970 tinha no petróleo a maior fonte individual de receitas de exportação. Devido à “correlação evidente entre o mapa da pobreza e o mapa étnico” (Barrera, 2002, p. 93), a turbulência significou, antes de tudo, movimentação indígena, com perfil nacional-popular.

Nos governos dos anos 1980, essa movimentação agudizou-se especialmente na gestão de Borja Cevallos (1988-1992), cuja fidelidade às metas de ajuste econômico frustrou expectativas com respeito à melhora nos níveis de desemprego, miséria e desnutrição (Maya, 1993). Com o recuo do movimento sindical, na esteira da desindustrialização e da flexibilização das relações de trabalho, um fortalecido movimento indígena passou a atrair diversos segmentos para a sua órbita. Em suma, o terreno era propício à intensificação da insurgência, e esta se materializou sob liderança indígena.

Escorou tal insurgência um acúmulo de condições em que sobressaiu, no meio rural, a desintegração do poder local marcado pela dominação étnica, nos anos 1960 e 1970, processo que teve nos ciclos de reforma agrária um vetor essencial (Ponce, 2012; Guerrero, 1996). Foi importante nessa mudança o papel da Igreja Católica, assim como o das lideranças indígenas em áreas urbanas, uma presença ligada à forte migração interna no país desde os anos 1960 (Serrano, 2001).

Portanto, além da deterioração das condições de vida nas décadas de 1980 e 1990, subjaz à intensificação do indigenismo político assimilado à CONAIE o amadurecimento de processos em curso desde décadas anteriores. Assim, aludir ao Primeiro Levante Indígena Nacional (1990), à



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Marcha dos Pueblos Amazônicos (1992) e ao Segundo Levante Indígena Nacional (1994), quando contingentes andinos paralisaram longamente o país, significa reconhecer a importância dessa conjugação de fatores, particularmente o seu conteúdo histórico (Guerrero, 1997).

O enredo básico não mudou nos governos desde os anos 1990, a maioria de duração breve e persistente em privatizações, reformas trabalhistas pela flexibilização das relações e mudanças na seguridade social. Decorreu disso a Greve Cívica Nacional, em fevereiro de 1997, que precipitou a derrubada de Bucaram Ortiz, cujo governo registrou uma exacerbação da agitação social (Acosta, 2006), com fortalecimento do indigenismo: o Pachakutik, criado nesse ambiente, influenciou a derrocada dessa gestão. As ações governamentais do período estimularam a dolarização da economia. No governo de Noboa Bejarano (2000-2003), abandonou-se a moeda nacional (o sucre), em meio a reformas envolvendo a criação de um fundo de estabilização, mais privatizações e maior flexibilidade nas relações trabalhistas.

Portanto, foi de muita instabilidade o contexto do aguçamento do movimento indígena equatoriano nas últimas décadas. Contribuíram fatores tanto internacionais quanto específicos, estes vinculados seja à internalização de “orientações externas” (como na política econômica, em geral), seja a elementos estruturais e históricos. Sobre os últimos cabe falar em determinantes de cunho econômico como fragilidade do mercado interno, baixa produtividade, altos níveis de desemprego e subemprego, fraca integração entre as regiões do país, rarefeitas conexões intersetoriais na produção e forte dependência externa em bens de capital, insumos e matérias primas.

Mas há igualmente especificidades com respeito às motivações das ações indígenas nas regiões amazônica e andina. Na primeira, as iniciativas representaram igualmente respostas às percebidas ameaças a direitos sociais e econômicos conquistados, sinalizadas por mudanças, entre outros, nos mercados de trabalho, nos anos 1980 e 1990. Também provocou reações a penetração de grandes companhias petrolíferas, madeireiras e projetos do agronegócio de exportação na Amazônia, com a complacência ou a cumplicidade do Estado. As comunidades indígenas se manifestaram, em movimentos de forte conteúdo étnico, desencadeados por processos situados nas esferas econômica e política. Redes transcomunitárias aptas à mobilização local, regional, nacional e mesmo



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

internacional cumpriram importante papel, encorajando contatos entre diferentes ativistas e comunidades.

Na região serrana, houve mudanças na orientação das políticas de desenvolvimento rural, sob as diretrizes do FMI e do Banco Mundial. Como observado também na região amazônica, exerceram influência as mudanças nas ações do Estado, quando dos ajustes estruturais nos anos 1980 e 1990, tendo o setor público abdicado de medidas estruturantes, favorecendo a atuação de instituições majoritariamente privadas. Mas, sobretudo por não atingir os produtores rurais pobres, revelou-se frustrante a opção por estratégia de desenvolvimento rural que implicou renúncia à transformação estrutural e adesão a projetos focalizados e de reflexos rápidos (Korovkin, 1997; Martínez Valle, 1995). Processos na esfera da economia, portanto, cevaram movimentação com fortes contornos étnicos.

As ONGs participaram intensamente desse processo (Picas Contreras, 2001). Embora não constituísse novidade no Equador, sua presença cresceu notavelmente desde o início dos anos 1980 (Zaldivar, 2009), exibindo redefinição de prioridades: da contestação ao governo e das iniciativas de organização social e politização (durante as reformas agrárias), passaram a insistir em “colaboração, concertação e intermediação nos processos sociais, [...] participação popular e [...] distanciamento da política formal” (Chiriboga, 1987, p. 39). Não obstante uma diversidade de projetos, sua agenda básica, sintonizada com orientação do Banco Mundial, buscava articular “etnificação” e desenvolvimento rural.

Repercussões do movimento indígena

O movimento indígena equatoriano repercutiu e logrou realizações importantes. Cabe destacar a demonstração de capacidade para mobilização geral e confronto e de descontentamento e disposição reivindicatória.

O Primeiro Levante Indígena Nacional (junho de 1990) foi ilustrativo, com a insurgência de milhares de índios, sobretudo andinos, invadindo rodovias, fazendo barricadas, fechando acessos às cidades e exigindo a presença de autoridades para debater os conflitos fundiários (Macas, 1991).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Para Guerrero (1997), foi a primeira vez naquele país que a voz efetivamente indígena se pronunciou em nível nacional, “informando” sem intermediários sobre os problemas dessas populações: o episódio mostrou que esses povos “falam”, são sujeitos políticos. A experiência se repetiu em junho de 1994, com o Segundo Levante, convocado pela CONAIE para repelir a *Ley de Desarrollo Agrario*, que impedia a divisão das grandes propriedades. A cobertura televisiva permitiu ampla repercussão e mostrou um ativismo indígena de grande simbolismo.

Entre outras ações insurgentes, figurou a Marcha dos Pueblos Amazônicos rumo a Quito, em 1992, pelo reconhecimento dos territórios ancestrais. Um importante desdobramento foi a já mencionada participação eleitoral de candidatos indígenas, na esteira do surgimento do Pachakutik, indicando “abertura” da democracia traduzida na ascensão do movimento indígena “à estrutura de poder político utilizando os mesmos mecanismos democráticos usados pelo resto da sociedade” (Serrano, 2001, p. 102).

A ressonância desse indigenismo no plano societário, em escala de país, não foi pequena. A insurgência tornou objetos de deliberação social o racismo e a opressão cultural, desconsiderados nos debates mais amplos e nas atenções em nível institucional. Com efeito, o movimento indígena conseguiu “desnudar o caráter social e culturalmente diverso da sociedade e problematizar os dispositivos concretos de poder sobre os quais se funda a opressão étnica” (Barrera, 2002, p.101). Sobretudo, avançou-se no tocante aos direitos coletivos para as comunidades e nacionalidades indígenas: a Assembleia Constituinte de 1998 reconheceu o caráter pluricultural e multiétnico do Estado, e a Constituição de 2008 abrigou o entendimento jurídico e institucional sobre o Estado como plurinacional e sobre a sociedade como intercultural, representando questionamento da ideia de Estado homogêneo e unitário e sensibilidade para com as demandas de autonomia das várias nacionalidades. Trata-se ainda de aprofundamento do caráter democrático da ação indígena, pois ampliou-se o escopo da participação desses povos na gestão dos seus territórios e reconheceu-se a diversidade de formas de organização da justiça.

Vale ainda mencionar, sobre os efeitos desse indigenismo, o tipo de ação associada ao Projeto de Desenvolvimento dos Povos Indígenas e Negros do Equador (PRODEPINE), do Banco Mundial.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Seu período é significativo: surgiu em 1995, um ano após o Segundo Levante Indígena Nacional, autorizando interpretar a iniciativa como reação à maré montante da insurgência indígena. Concebido, conforme Diaz-Polanco (2006), no marco do “multiculturalismo neoliberal”, o PRODEPINE canalizou as atenções de lideranças indígenas para aspectos quantitativos de projetos a executar e de recursos financeiros a manusear. Focavam-se o financiamento e o assessoramento de organizações regionais pertencentes à base da CONAIE, para lhes permitir controlar e supervisionar iniciativas em seus territórios. O projeto fortaleceu as organizações indígenas, centralizando as decisões e a distribuição de recursos entre as elites locais e produzindo centenas de subprojetos nos Andes equatorianos (Uquillas, 2002; Zaldivar, 2009).

Contradições e desafios

Os levantes indígenas evidenciaram capacidade de mobilização para ações coletivas de reivindicação e confronto e de elaboração de discursos com identidade própria, transmitindo imagem de consenso nas posições. Mas contradições ou dubiedades não estão ausentes, e isso representa desafios. Um aspecto é que as lideranças costumam registrar participações em projetos de desenvolvimento envolvendo o governo e instituições como a igreja ou partidos políticos (Guerrero, 1996), o que é fonte de ambiguidade em estratégias e ações, segundo Barrera (2002, p. 104):

O movimento se viu (e se vê) obrigado a utilizar uma estratégia conflituosa e às vezes esquizofrênica que combina pressão e negociação: realização de grandes ações de mobilização anti neoliberal, convocações de formas de representação extra-institucionais e, ao mesmo tempo, interlocução com organismos estatais e multinacionais, para financiar programas para os pueblos indígenas que reforçam a eficácia e legitimidade frente às suas próprias bases ou a gestão eficiente e democrática de algumas localidades.

A rigor, não é só de ambiguidade que se trata. A conduta de, simultaneamente, insurgência contra a ordem, embalada, em princípio, por ideário nacional-popular, e participação eleitoral e até engajamento nas atividades do Estado, permite falar em antinomia. As próprias lideranças indígenas



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

se interrogam sobre como manter a legitimidade da luta contra um Estado visto como opressor, ao mesmo tempo em que se participa do jogo político institucionalizado.

Essa é uma contradição que enfrentamos cotidianamente e que no futuro teremos que definitivamente encerrar. Porque o movimento indígena tem como objetivo a destruição do Estado de Direito nos moldes em que hoje ele é concebido. O que acontece é que, ao fazer parte desse Estado, nós o fortalecemos, o que se opõe radicalmente à nossa estratégia maior. [...] Esse é o maior perigo para todos os movimentos sociais que optam pela luta institucionalizada. Estamos conscientes do tamanho do dilema. (Entrevista realizada em Quito com o Coordenador da Juventude da CONAIE, em 10/12/2012).

As lideranças percebem que uma consequência do pragmatismo desse comportamento é a contração das pautas de debate e atuação e o rebaixamento do sentido histórico da insurgência indígena, como sugerido nesta manifestação:

Todas as comunidades sabem que as principais reivindicações, por ora, tratam de saúde, educação, justiça, demarcação e autonomia dos territórios indígenas. Mas sabemos que tudo isso é paliativo e imediato. A luta do movimento indígena tem um objetivo muito maior. Para nós o acúmulo de capital para acumular mais capital não significa desenvolvimento. Ao contrário, o processo de acumulação deteriora o meio ambiente, que é vital à condição humana. Por exemplo, na Amazônia equatoriana as indústrias de mineração exploram o subsolo, com aquiescência do Estado e dos organismos financeiros internacionais, sem medir as consequências de longo prazo. (Entrevista realizada em Puyo com o Presidente da CONFENIAE, em 16/12/2012).

Rever as condutas nas ações, pelo reconhecimento de que os ganhos resultantes das estratégias da CONAIE e do Pachakutik poderiam ser maiores, apresenta-se como necessidade para algumas lideranças.

Entre os anos 1980 e 1990, o movimento indígena teve que escolher uma estratégia para continuar sua luta. Três posições estavam em disputa: a via da mobilização, a via armada e a via eleitoral. Ganhou a última, e a criação do partido foi o passo mais lógico. Agora essa estratégia



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

passa por uma análise crítica, e questionamos se foi a melhor escolha [...]. (Entrevista realizada em Quito com o Coordenador da Juventude da CONAIE, em 10/12/2012)

A sedução de iniciativas como o PRODEPINE pode ter refreado alterações de comportamento. O desenvolvimento rural integrado institucionalizou a alteridade cultural, mas, disponibilizando recursos, financiando projetos e fortalecendo as posições de membros das elites indígenas, desencorajou a crítica e neutralizou o ímpeto contestatório do movimento. Mais ainda, ao privilegiar a problemática étnica, o PRODEPINE ajudou a fragmentar o mundo rural (andino, especialmente) por critérios de identidade, crescendo a concorrência e a desunião devido à divisão entre beneficiários (indígenas) e não beneficiários (os demais) do acesso aos recursos (Donoso-Clark 2003).

A deriva étnica representou priorização de aspectos culturais e de identidade em detrimento da agenda classista. A interlocução com outros setores sociais acabou dificultada, pois a reivindicação de cidadania assim escorada deslocou os questionamentos de caráter mais estrutural, ao mesmo tempo em que impulsionou o ideário “projetista” e imediatista, comprimindo o campo de forças do movimento indígena. Nesse contexto, seus intelectuais orgânicos, forjados em lutas principalmente agrárias, tornaram-se quase reféns das agências de cooperação; alguns foram substituídos por mediadores profissionais ou simplesmente se converteram nessa direção, deixando de lado a política contestatória e abraçando os dispositivos e as vantagens florescentes em meio às novas condições. O conteúdo nacional-popular do movimento parece ter se esvaído aos poucos.

Tudo isso se refletiu na agenda da CONAIE desde o final dos anos 1990. Com sucessivas crises na esfera nacional, a organização arrefeceu a ação contestatória e adotou a barganha política como estratégia. Ganharam corpo procedimentos compatíveis com a lógica da criação do PRODEPINE, que envolvem fragmentação do movimento e exploração da etnificação e cooptação. A reboque, priorizando o discurso étnico e as ações reformistas, a CONAIE contraiu sua capacidade de congregiar outros setores marginalizados, outrora típica nessa instituição, obrigando a colocar o problema da abrangência e natureza das reivindicações indígenas no centro dos debates no movimento (Serrano, 2001).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A incorporação dos direitos coletivos indígenas pela Constituição de 2008, reconhecendo o caráter plurinacional e intercultural do Estado e da sociedade, e considerando aquelas nacionalidades como sujeitos de direito, representa importante realização. Todavia, a letra da lei não basta para romper a herança de dominação das comunidades. Nas palavras do Coordenador da Juventude da CONAIE, entrevistado em Quito (em 10/12/2012), “No Equador já conquistamos uma legislação específica em favor dos indígenas. [...] [Mas] Há uma imensa defasagem entre as normas e a efetivação das mesmas”. Apesar da Constituição, permanece o “desafio de democratizar o Estado” (Ponce, 2012, p.143), cuja transformação efetiva sempre esbarrou na escassa vontade política dos governantes.

É sugestivo que, comparando a situação de 2008 com a de 1998, limites de período em que foi instituído o tratamento jurídico e institucional dos direitos coletivos, a CONAIE (2009, p. 21) tenha asseverado que “os povos indígenas estão piores do que antes.” Essa avaliação embute uma forte crítica à Constituição de 2008, reestrada igualmente durante a pesquisa de campo, nas opiniões de lideranças indígenas sobre os problemas dos territórios e seus recursos: o tratamento na Constituição foi considerado insuficiente e problemático. O reconhecimento do direito de conservar a propriedade ancestral da terra, mantendo-a sob a condição de não dividir ou alienar, foi considerado uma grande conquista. Mas a Constituição fala em direitos sobre terras, e não sobre territórios, os quais, na ótica dos indígenas, deveriam ser o foco, pelo que representam em termos históricos, culturais, políticos e religiosos (Daes, 2000).

A Constituição também garante a consulta prévia sobre os planos e programas de prospecção, exploração e comercialização de recursos não renováveis dessas terras. Todavia, o texto também diz que, mesmo na ausência de consentimento das coletividades indígenas, a exploração poderá acontecer. Indignação particular foi manifestada pelas lideranças entrevistadas com respeito à *Ley de Minería*, em vigor desde 2009, cuja elaboração transcorreu sem consulta prévia às comunidades. Essa lei violaria vários direitos indígenas previstos na Constituição, entre eles os de preservação das riquezas naturais de suas áreas. A posição das lideranças é clara sobre o direito das comunidades de interferir nessas decisões, conforme a crítica do Presidente da CONFENIAE (entrevistado em Puyo em 16/12/2012) ao envolvimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento em projetos com associações indígenas:



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Eu, como indígena, não penso que seja possível um organismo internacional liderar um processo de desenvolvimento sustentável no seio de um bioma como é o caso da Floresta Amazônica. A iniciativa não deve ser imposta de cima para baixo, mas proposta por nós, que conhecemos de perto as complexidades da floresta. Os governos nacionais e os organismos internacionais têm uma perspectiva mundial, mas desconhecem a realidade local.

O reconhecimento pleno dos direitos indígenas, assegurando proteção de reservas de petróleo e outros minerais e controle da sua utilização sustentável, costuma ser considerado um obstáculo ao crescimento econômico nacional, como assinala Dunaway (2003). Isso ajudaria a entender o “hiato de execução”, no Equador, das recomendações dos organismos internacionais quanto à proteção dos direitos desses povos, e o pequeno avanço em mudanças efetivas mesmo após a Constituição ter consignado o caráter plurinacional e intercultural do Estado e da sociedade. O desconforto da CONAIE não é pequeno, pois, segundo seu Coordenador da Juventude (entrevistado em Quito em 4/12/2012), “Mais uma vez, o indígena, ao ser contrário às grandes obras de infraestrutura e à exploração do petróleo na região amazônica, foi visto como um entrave ao desenvolvimento nacional”. Ou seja, difunde-se imagem de que o movimento é contrário ao desenvolvimento, aumentando-lhe os problemas de representação em país onde são enormes as necessidades de camadas da população.

V. Conclusões

Permeado de histórico sentido insurgente, o movimento indígena equatoriano tornou-se um sujeito político capaz de resultados como a instalação naquele país de um Estado plurinacional e intercultural, apesar da lacuna entre o previsto constitucionalmente e a realidade. Porém, relevantes questões da agenda indígena continuam pendentes, como a efetivação dos direitos institucionalizados e a adoção de medidas que realmente melhorem as condições de vida dessas comunidades. Aspecto que aprofunda a complexidade do quadro é que, na trajetória recente do movimento, os contornos nacional-populares de suas ações parecem ter sido abrandados.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Sobre a organização do movimento, parece necessário a CONAIE superar o embate entre comunidades amazônicas e da serra, que estaria a refletir contraste entre posições favoráveis à obtenção do maior volume possível de recursos públicos, mesmo às custas do vigor contestatório, e visões que exprimem menor preocupação em evitar o enfrentamento com o Estado, admitindo manter ou agudizar a insurgência. No Pachakutik, seria preciso redefinir o projeto político, sopesando as vantagens da adesão à linha étnica em face de um maior pluralismo nas iniciativas, estando em jogo o reconhecimento amplo, a generalidade e a legitimidade das propostas em escala nacional.

A atualidade impõe premência ao debate sobre o movimento, indagando sobre a capacidade de ação. O epicentro da questão agrária equatoriana estaria migrando do sopé da serra andina para as planícies tropicais da costa e a densa selva amazônica do oriente, concomitantemente à expansão de grandes empresas bananeiras e “empórios” agroexportadores em que vicejariam problemas trabalhistas e repressão sindical. Estaria em formação um proletariado em adversidade extrema, em meio à complacência ou mesmo cumplicidade das autoridades, mostrando-se o desinteresse das ONGs equiparável ao das organizações multilaterais de promoção do desenvolvimento.

VI. Bibliografía

Acosta, A. (2006). *Breve História Econômica do Equador*. Brasília: FUNAG.

Barraclough, S. L. (1970). Agricultural policy and strategies of land reform. En Horowitz, I. L. (Ed.). *Masses in Latin America* (pp. 95-171). New York: Oxford University Press.

Barrera, A. (2002). El movimiento indígena ecuatoriano: entre los actores sociales y el sistema político. *Nueva Sociedad*, (182), 90-105.

Berraondo López, M. (2006). Pueblos indígenas y derechos territoriales: entre el derecho consuetudinario y el derecho constitucional. En E. Borja Jiménez (Comp.). *Diversidad cultural: conflicto y derecho. Nuevos horizontes del derecho y de los derechos de los pueblos indígenas en latinoamérica* (pp. 161-192). Valência: Tirant lo Blanch.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Chiriboga, M. (1987). *La reforma agraria y la modernización en América Latina: nuevos actores, nuevos contenidos*. Coloquio Las Sociedades Rurales Hoy, México, D.F. [mimeo].

CONAIE (2009). *Los derechos colectivos de las nacionalidades y pueblos del Ecuador: evaluación de la década 1998 a 2008*. Quito: Abya-Yala.

Daes, E. I. (2000). *Las poblaciones indígenas y su relación con la tierra*. Informe Final. Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, E/CN.4/Sub.2/2000/25, 30 jun.

Días-Polanco, H. (2006). *Elogio de la diversidad: globalización, multiculturalismo y etnofagia*. México, D.F.: Siglo XXI.

Donoso-Clark, M. (2003). Rural development. En M. V. Fretes-Cibilis, M. M. Giugale & J. R. López-Cálix (Eds.). *Ecuador: an economic and social agenda in the New Millenium* (pp. 369-391). Washington, D.C.: The World Bank.

Dunaway, W. A. (2003). Ethnic conflict in the modern world-system: the dialectics of counter-hegemonic resistance in an age of transition. *Journal of World-Systems Research*, 9(1), 3-34.

Estatutos del Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik Nuevo Pais (s.f.). Recuperado de <http://americo.usal.es/oir/opal/Documentos/Ecuador/Pachakutik/Estatutos%282006%29.pdf>

Frank, A. G. (1967). *Capitalism and underdevelopment in Latin America*. New York: Monthly Review Press.

Guerrero, A. (1996). El levantamiento indígena de 1994. Discurso y representación política en Ecuador. *Nueva Sociedad*, (142), 32-43.

Guerrero, A. (1997). Poblaciones indígenas, ciudadanía y representación. *Nueva Sociedad*, (150), 98-105.

Kempf I. (2007). "Resistiendo al viento": avances y retrocesos en el desarrollo reciente de los derechos de los pueblos indígenas en las Naciones Unidas. En S. Martí I Puig (Ed.). *Pueblos indígenas y política en América Latina: el reconocimiento de sus derechos y el impacto de sus demandas a inicios del siglo XXI* (pp. 161-180). Barcelona: Fundación CIDOB.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

- Korovkin, T. (1997). Indigenous peasant struggles and the capitalist modernization of agriculture: Chimborazo, 1964-1991. *Latin American Perspectives*, 24(3), 25-49.
- Macas, L. (1991). *El levantamiento indígena visto por sus protagonistas*. Quito: ILDI, Abya-Yala.
- Mariátegui, J. C. (1979). *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Ayacucho.
- Martínez Valle, L. (1995). Desarrollo rural: limitaciones y alternativas. *Ecuador Debate*, (35), 126-133.
- Maya, M., (1993). Recesión y salario real en el Ecuador, 1980-1993. *Ecuador Debate*, (29), 82-90.
- Mignolo, W. D. (2006). Evo Morales en Bolivia. *Revista del Sur*, (164). Recuperado de www.redtercermundo.org.uy
- Petras, L. (1970). *Politics and social structure in Latin America*. New York: Monthly Review Press.
- Picas Contreras, J. (2001). *El papel de las organizaciones no gubernamentales y la crisis del desarrollo. Una crítica antropológica a las formas de cooperación*. Tesis Doctoral. Universidad de Barcelona, Barcelona.
- Ponce, S. C. (2012). Estados plurinacionales en Bolivia y Ecuador. *Nueva Sociedad*, (240), 134-148.
- Royo, L. R.-P. (2007). La internacionalización de los derechos indígenas en América Latina: ¿el fin de un ciclo?. En S. Martí I Puig (Ed.). *Pueblos indígenas y política en América Latina: el reconocimiento de sus derechos y el impacto de sus demandas a inicios del siglo XXI* (pp. 181-199). Barcelona: Fundación CIDOB.
- Sánchez, F. (2007). Ecuador: el indio como problema. En S. Martí I Puig (Ed.). *Pueblos indígenas y política en América Latina: el reconocimiento de sus derechos y el impacto de sus demandas a inicios del siglo XXI* (pp. 361-392). Barcelona: Fundación CIDOB.
- Serrano, F. G. (2001). Política, Estado y diversidad cultural: la cuestión indígena en la región andina. *Nueva Sociedad*, (173), 94-103.
- Uquillas, J. (2002). *Fortalecimiento de la capacidad de autogestión de los pueblos indígenas y afroecuatorianos: el caso de PRODEPINE*. Primer Encuentro de LASA sobre Estudios Ecuatorianos,



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Quito, 18 a 20 jul. 2002. Recuperado de

<http://www.yachana.org/ecuatorianistas/encuentro/2002/ponencias/uquillas.pdf>

Stavenhagen, R. (1970). Classes, colonialism, and acculturation. En: Horowitz, I. L. (Ed.). *Masses in Latin America* (pp. 235-288). New York: Oxford University Press.

Zaldívar, V. B. S. de (2009). La deriva identitaria del movimiento indígena en los Andes ecuatorianos o los límites de la etnofagia. En C. Martínez (Ed.). *Repensando los movimientos indígenas* (pp. 69-121). Quito: FLACSO de Ecuador.

Zavaleta Mercado, R. (1986). *Lo nacional-popular en Bolivia*. México, D.F.: Siglo XXI.